	Angola	Macau o Timor	Índia	Outras provin- cias
11.º Por cada apresentação por correspondência	20,00	\$ 3,00	3-0-0	20\$00
12.º Por trabalho não especificado nas verbas anteriores em acto praticado a requerimento das partes.	20,00	\$ 3,00	3-0-0	20\$00
13.º Por apreensão ou levantamento da viatura	40,00	\$ 6,00	6-0-0	40\$00

Art. 2.º Para os efeitos desta tabela o valor do acto inscrito é o do direito garantido pela inscrição.

Ministério do Ultramar, 2 de Junho de 1953.— O Ministro do Ultramar, *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Superior
e das Belas-Artes

Decreto n.º 39 232

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Poderá o Ministro da Educação Nacional, no corrente ano, alterar por despacho, para qualquer das Faculdades de Direito, o regime dos exames finais, desde que isso se torne absolutamente indispensável à regularidade do serviço.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Junho de 1953.— FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Fernando Andrade Pires de Lima*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos
e Telefones

Decreto n.º 39 233

Tornando-se indispensável alterar as importâncias fixadas nos artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 38 235, de 4 de Maio de 1951, e acrescentar nova disposição;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O encargo máximo do contrato escrito referido no artigo 1.º do Decreto n.º 38 235, de 4 de Maio de 1951, é alterado para 1:730.000\$ e as importâncias estabelecidas no artigo 2.º do mesmo decreto para os anos de 1953 e 1954 são, respectivamente, alteradas para 480.000\$ e 550.000\$.

Art. 2.º Depois de 31 de Dezembro de 1954, o contrato escrito celebrado entre a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones e a sociedade Lelo & Irmão, autorizado pelo Decreto n.º 38 235, pode ser renovado ano a ano, enquanto assim convier a ambas as partes.

§ único. A importância máxima a depender em cada um dos anos de renovação do contrato será anualmente fixada nos termos da legislação aplicável.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Junho de 1953.— FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Artur Águedo de Oliveira* — *Manuel Gomes de Araújo*.